

Professor, escola e associações docentes¹

Antonio Candido

A minha finalidade principal é dizer alguma coisa sobre o papel das associações de docentes no momento atual, mas como entendo que para isso é preciso fazer antes certos comentários sobre a posição do professor e a função da escola, farei uma exposição mais ampla, dividida em três partes.

I. O Professor

Às vezes eu me pergunto se o professor não é uma espécie em extinção; pelo menos como era concebido no meu tempo de aluno e de docente. Aliás, não seria o primeiro caso, pois houve um outro tipo que se extinguiu antes da minha geração e de que só vi os restos: o professor figurado nos livros de leitura, mestre bondoso, espécie de pai dos alunos, que ele devia acarinhar, castigar e formar, como convinha num tempo cuja educação tinha forte tonalidade paternalista. Hoje fala-se mal do paternalismo, mas nas sociedades regidas pelo seu modelo, o bom pai e o bom professor, dedicados, absorventes e mandões, podiam ser funcionais.

No meu tempo estava surgindo outro tipo: o professor profissionalizado, racionalizado, dotado de uma formação específica mais exigente, com base na psicologia educacional e tendendo a ser um técnico (creio, aliás, que foi quando apareceu ou se generalizou o “técnico em educação”). Este é o tipo que me parece em extinção; e não consigo discernir bem como será o próximo.

Há outros aspectos que parecem confirmar esta impressão, cuja validade posso analisar sobretudo do ângulo da universidade, onde fiz praticamente toda a minha carreira. Ora, na universidade o professor é hoje uma figura que tende a ser devorada pelo próprio currículo. Façamos uma pergunta: no consenso geral ele é um “transmissor” de conhecimento, “formando” por meio dele (em sentido amplo) os seus alunos, – ou é um “produtor” de conhecimento, cuja tarefa central fosse o progresso do saber? Sabemos que o ideal é a união das duas coisas, mas se tivesse de optar, creio que a maior parte da população universitária indicaria a

1. Palestra na Associação de Professores de Língua e Literatura em 8 de dezembro de 1979. Artigo publicado em GALVÃO, Walnice Nogueira; PRADO JR., Bento (coord.). *Almanaque*, 11, Brasiliense, 1980, p. 83-87.

segunda alternativa. E isso mostra que há uma acentuada desqualificação do ato docente, em benefício da configuração de um intelectual ou cientista pesquisador.

O ato docente pressupõe um trabalho em cujo desenvolvimento um ser humano se dirige a outro para estabelecer uma relação que torne possível a transmissão/incorporação satisfatória do conhecimento, não apenas para que o educando o possua, mas para que através dele se oriente melhor na sociedade e, em geral na vida. E é isto que caracteriza o verdadeiro professor, sem prejuízo de uma capacidade “produtora” eventual.

No entanto, hoje nas escolas superiores, e em parte também nas secundárias, professor mais apreciado é o que cada ano acrescenta uma página nova ao currículo, porque se antes estava interessado em formar os outros, hoje frequentemente se interessa mais em formar a própria carreira. O mais grave é que os seus escritos não significam necessariamente contribuição original, que justificasse o desvio de atenção do trabalho docente; mas simples reduplicação, tributo ao enorme rodar em falso que constitui grande parte das publicações contemporâneas, estimuladas pela indústria do papel impresso e o frenesi da novidade. Ora, se o professor se demora resolvendo o problemas de um aluno, ou “perde tempo” melhorando a qualidade das suas aulas, isto não aparece na sua fé de ofício. Mas pesarão três artigos ou duas palestras.

Todos sabem que o ideal seria o docente perfeito, que fosse também pesquisador perfeito e produtor de conhecimento, como se requer nas formulações vazias relativas à carreira universitária; nem é impossível as duas coisas ocorrerem juntas na mesma pessoa. Mas aqui estou pensando na avaliação que predomina em caso de escolha, alternativa, e que condiciona a vida dos professores, obrigados a juntar títulos sob pena de ficarem para trás na carreira, que se entende cada vez mais como sinônimo de corrida. Não é segredo a maneira por que os currículos podem ser inflados mediante técnicas de apresentação a que ninguém escapa. O resultado é que se os formos espremer, não sobra nada como contribuição efetiva e original.

A universidade admite um docente que seja cientista ou intelectual de certo valor, mesmo sendo professor relapso e ineficaz. Mas não admite o contrário, isto é, um professor de boa qualidade, um mestre que inspira e enriquece os alunos, mas não “produz” currículo.

No Brasil essas coisas são devidas em parte ao abandono do padrão francês inicial pelo padrão americano, que prevê currículos quilométricos como arma decisiva na competição, porque satisfaz também as necessidades publicitárias das instituições. Dizia um antigo professor francês da Universidade de São Paulo que ficava espantado quando, voltando ao Brasil, via os currículos dos seus antigos alunos, muito mais ricos e brilhantes que o dele... E acrescentava que não sabia como éramos capazes de fazer tanta coisa em tão pouco tempo, pois, segundo os padrões que nortearam a sua formação, ninguém é capaz de escrever mais do que um bom estudo por ano.

O Professor Richard Morse, atualmente na Universidade de Stanford, apresentou a certo congresso de história uma comunicação satírica sobre a carreira de um “latino-americanista” fictício, que quando estudante apresentou um trabalho considerado muito bom sobre um ditador paraguaio (também fictício). Isto lhe valeu uma bolsa para mestrado e depois doutorado, nos quais desenvolveu o mesmo assunto, que continuou explorando pela vida afora em livros, comunicações, artigos, até morrer famoso. No fim, tudo somado, só mesmo o trabalho inicial de estudante tinha originalidade e merecia divulgação...

Quando se pensa que isto é uma caricatura do que ocorre de fato nas universidades, conclui-se que o professor propriamente dito, não o fabricante de currículos, parece às vezes uma espécie em extinção.

Por isso, na Comissão Paritária de professores e alunos para estudar a reforma universitária, em 1968 (memorável comissão nascida de um momento renovador de luta pela cultura), propus que ao lado da carreira chamada científica, com base no mestrado, doutorado e daí para outros títulos, se previsse uma carreira paralela, sem estes títulos, tendo como critério de acesso a demonstração, a longo prazo, de uma capacidade real de ensinar. Na ocasião eu pensava em certos colegas que ensinavam línguas, extremamente capazes, informados e eficientes, que se angustiavam e não faziam teses, porque não era esta a sua vocação. Pois bem: os meus companheiros de sub-comissão, alunos e professores, acataram o meu ponto de vista com silêncio amistoso, e na redação final do projeto, na parte relativa a títulos e carreira, vi que a minha proposta tinha sido delicadamente ignorada... Por aí, avalei até que ponto a consciência universitária já não está preparada para aceitar a figura do professor enquanto tal.

Este quadro foi agravado pelo estabelecimento generalizado da pós-graduação, que, apesar de sua utilidade e méritos, incrementou a super-estima da “carreira científica” e a corrida aos títulos. Vejam como agora os jovens docentes se sentem diminuídos se não ensinam neste nível, com o risco de esquecerem a mentalidade específica do professor em benefício da do cientista que nem sempre está ao seu alcance. E como os docentes mais velhos tendem a largar a graduação em favor de uma atividade que lhes parece mais alta. Como sempre fui paladino da pós-graduação, a partir de certo momento passei a atuar apenas nela. Mas afinal vi o erro que havia nesta atitude, além do mau exemplo para os mais moços; e a fim de sublinhar a importância fundamental da graduação, voltei a ensinar apenas nela, nos períodos diurno e noturno. Assim, terminei uma carreira de 36 anos na universidade procurando (talvez em vão) desenvolver o ato docente.

Portanto, incentivemos a pesquisa e a produção intelectual, condições do progresso do conhecimento, mas restauremos o “ser docente”, no sentido ontológico e ético, configurando profissionais que queiram ser professores e não se acanhem disto. Convém os jovens se compenetrarem de que, nas escolas, ser professor é tão ou mais importante do que ser produtor de conhecimento. As condições materi-

ais do magistério atualmente são péssimas e vão de mal a pior, constituindo uma causa de fuga ou escamoteação das atividades; mas não se pode negar que há também uma fuga ao “ser professor”, e eu observei que um grande número de jovens licenciados teria preferido ser outra coisa.

Uma última palavra, como reiteração algo pessimista: a produção intelectual que tanto obseda a vida universitária pode ser em média irrelevante, se comparada ao rendimento de um professor realmente capaz. Mesmo transmitindo conhecimento que não produziu, este poderá ser de grande utilidade para os educandos. É quem escreve em série, já vimos que pode estar na maioria das vezes fazendo apenas “um trabalho a mais”, repetindo a si mesmo ou chovendo no molhado. Seria o caso de voltar à concepção europeia mais antiga, – de valorização do ato docente em si mesmo e da produção de trabalhos pouco numerosos, feitos com o maior cuidado, de maneira a resultar mais ou menos significativo e útil. Com isso se reabriria espaço para o ato docente e ele poderia reconquistar uma qualidade e um alcance que permitiriam ao professor realizar plenamente a sua personalidade, para poder ajudar os outros a realizar a deles.

2. A escola e a instrução

Se não encontrarmos mais hoje de maneira generalizada o docente formador, isto é, o que se empenha como ser e como profissional no processo pedagógico, o que acontece com a escola? Ela se torna o lugar onde os docentes passam correndo para cumprir a obrigação mal paga. Hoje são raros os ambientes que podemos chamar formadores e que antes, bons ou maus, eram a regra, bastando pensar nos colégios religiosos, ou nos internatos onde todos conviviam em função do ensino de maneira prolongada, dando lugar a uma intensa sociabilidade. Em consequência, o processo educativo não se configura plenamente, ou se deteriora. E a escola, em vez de orientar-se por um projeto formador de homens, é entregue aos poderes burocráticos, o que acaba por reduzir o próprio docente a burocrata, como os funcionários administrativos. A situação resultante é de franco constrangimento, porque todos estão de certo modo deslocados das suas funções, – o burocrata se projetando nas do docente e vice-versa. Isto gera a atmosfera de ressentimento que hoje predomina em todos os níveis de ensino.

Em nossos dias, a universidade (que conheço melhor) está ficando uma organização onde certo número de burocratas e de docentes burocratizados detêm praticamente o poder decisório, com risco para a integridade da função educacional. Isso não quer dizer que os burocratas sejam pessoas perversas, incapazes ou mal intencionadas, mas apenas que preenchem o espaço abandonado pelos professores e, sem querer ou querendo, contribuem para desvirtuar as finalidades da escola, como grupo social com vida própria, feita da interrelação dos diferentes sub-grupos internos, organizados para a finalidade superior da transmissão do

conhecimento e de formação humana. E o docente se burocratiza, vendo na sua atividade o cumprimento das normas, antes de mais nada, com todas as consequências negativas que isto acarreta, inclusive a importância maior dada à forma legal dos atos.

Talvez isso tudo seja devido em parte à relativa descrença no poder da instrução, não quanto à sua utilidade específica, mas quanto ao seu papel genérico de formadora e sobretudo transformadora do homem em sociedade, num sentido otimista, como acontecia antes.

A partir do século 18 as ideologias do progresso forjaram a imagem de um homem perfectível ao infinito graças à faculdade redentora do saber. Era como se a mancha do pecado original pudesse ser lavada e o paraíso, em vez de ter existido no passado, passasse a ser uma certeza gloriosa do futuro. O século 19 se embalou na ilusão de que quando a instrução fosse geral acabariam os “males da sociedade”, – como se ela pudesse substituir as reformas essenciais na estrutura econômica e social que, estas sim, são requisito para se tentar a melhoria da sociedade e, portanto, dos homens.

Essa visão liberal (que se comunicou ao socialismo e ao anarquismo) permeava toda a educação e enformava a idéia de escola. Há meio século, nós ainda decorávamos no curso primário um poema de Valentim Magalhães, onde um velho criminoso empedernido, olhando pelas grades da sua prisão, vê saírem as crianças alegres de uma escola em frente e murmura: “Eu nunca soube ler”. Chama-se “Os dois edifícios” e exprimia de maneira exemplar a utopia educacional do período histórico que vai da Revolução Francesa até a Primeira Grande Guerra, e mesmo um pouco mais tarde.

No Brasil, a idéia dominante dos liberais, entre as duas guerras, era que a instrução universal e obrigatória ampliaria ao máximo o corpo de votantes e que, uma vez instituído o voto secreto, ele estaria livre das manipulações oligárquicas e poderia, instruído e independente, levar o país a grandes destinos. Esta teoria generosa e ingênua pressupunha uma população homogênea redimida por aquelas panacéias. Ela teve verdadeiros apóstolos, como, em São Paulo, o esforçado Mário Pinto Serva, que publicava quase diariamente artigos de propaganda dos seus ideais.

No entanto, houve países onde a instrução se tornou geral, onde o voto secreto se instituiu, e onde continuaram a existir a violência, a espoliação, a guerra e muitas alienações destruidoras (como não podia deixar de ser em virtude da permanência das estruturas fundamentais na economia). Foi quando se difundiu uma espécie de ideologia oposta, de descrença no poder humanizador da instrução, que deve ter influído na crise da escola e da função docente.

Nos últimos 50 ou 60 anos temos assistido a uma denúncia crescente (incrementada de 1968 para cá) do autoritarismo dos professores, do caráter de classe social da instrução, da mistificação em torno dos valores educacionais, da

função mecanicamente servil da escola com relação aos poderes deste mundo. Em tudo isso há muita verdade; há o que se poderia chamar uma força desmascaradora bastante salutar. Mas de cambulhada, desacreditou-se em parte a própria validade das instituições de ensino, fazendo o que os alemães chamam com muita graça “jogar fora a criança junto com a água do banho”.

Ora, a denúncia das ideologias elaboradas em torno da educação escolar, que a põem a serviço das classes dominantes e seus interesses, não pode nem deve levar ao seu descrédito como poderosa força social. Não deve levar a substituir o otimismo mecânico dos liberais, socialistas e anarquistas do século 19 pelo pessimismo da negação, que resulta tremendamente reacionário. De fato, nós sabemos que o homem é capaz de resolver muitos dos seus problemas e que o progresso existe. Não o progresso automático, unilinear, irreversível dos sonhadores “ilustrados”; mas aquele que o homem precisa construir a cada instante, estabelecendo as condições políticas, econômicas e sociais indispensáveis para isto, porque o progresso é “feito”, não “dado” por algum determinismo inelutável. Além disso, decorre o perigo constante da barbárie que ameaça retornar a cada instante em cada momento da história em qualquer tipo de sociedade ou civilização, como uma espécie de monstruoso “memento” dalgum pecado original das sociedades.

É preciso também lembrar que, ao contrário do que pressupunha a ideologia “ilustrada”, a instrução por si só não resolve os problemas sociais; mas é requisito indispensável para os resolver. O progresso requer, para se realizar de fato e não num aparente “desenvolvimento”, as reformas de estrutura econômica e social, das quais a instrução é ingrediente, podendo-se até observar o contrário da posição “ilustrada”: em vez da instrução fazer as transformações, freqüentemente as transformações políticas e sociais é que tornam possível o desenvolvimento da instrução, como ocorreu na União Soviética a partir de 1917 e, a partir de 1958, em Cuba que reduziu o índice local de analfabetos a 2%, – fato quase inacreditável num país do Terceiro Mundo, e inexplicável sem a alteração profunda na estrutura econômico-social e no regime político.

Em resumo, a instrução por si só é incapaz das grandes transformações do progresso; mas sem ela estas não se podem efetivar. Daí ser preciso reavaliar e revalorizar a escola, a função do professor e a filosofia da educação.

3. As associações docentes

Como a escola em todos os níveis está eivada pela burocratização, enfraquecida pela degradação salarial, desnorteada pela crise dos ideais pedagógicos e a própria dúvida em torno da validade humana e social do saber, – é preciso estabelecer esforços paralelos de ação e reflexão. Isto é: esforços que partam de fora da organização das escolas mas visem principalmente ao que se passa dentro delas. Entre tais esforços, avultam as associações docentes.

Se os educadores enquanto tais não podem transformar a sociedade, eles podem sem dúvida contribuir para a sua transformação, na medida em que influem para definir o seu próprio papel e orientar corretamente a escola. Uma coisa e outra estão ligadas de modo íntimo às formas de sociabilidade, isto é, às maneiras segundo as quais os homens se relacionam, porque é este o canal por onde flui o processo de transmitir e receber conhecimento. Uma concepção adequada a respeito de como deve ser a atuação do professor depende da maneira segundo a qual se concebe o seu relacionamento com os outros professores, os alunos e a comunidade. Por isso, a sociabilidade ligada ao ensino é fundamental e em nosso tempo seria possível orientá-la segundo padrões muito mais favoráveis do que antes, – porque antes a norma ideal era paternalista, refletindo o que se passava na sociedade com base na autoridade do mais velho sobre o mais moço, do homem sobre a mulher, do rico sobre o pobre. Hoje tende-se para um tipo de norma que se poderia chamar fraterna, isto é, pressupondo a reciprocidade de influência entre todos, como se todos fossem ligados por uma solidariedade de irmão, e não de pai para filho.

A escola é um grupo complexo, cuja sociabilidade constitui elemento básico no processo de aprendizagem. Qualquer reorientação pedagógica terá de partir de uma reorientação das relações intra-escolares, redefinindo a atuação do professor e transformando a escola num ambiente favorável à humanização e à aquisição do saber. Como as soluções unilateralmente administrativas têm-se revelado incapazes disto, devemos buscar no esforço próprio dos docentes a construção do que é preciso: liderança democrática, espírito de colaboração e respeito pelo outro, senso das necessidades sociais, – como condições de uma sociabilidade escolar adequada.

Ora, as associações docentes são, de um lado, a possibilidade de estabelecer e praticar estas coisas; de outro, são instrumentos eficazes de pressão sobre o governo e a sociedade, para levar à transformação da escola e à definição adequada das funções docentes.

Nos últimos anos, temos assistido a uma renovação das associações docentes no secundário, e ao começo de movimentos análogos no magistério superior. E já se começa a perceber a necessidade de articular todos os níveis, para defesa sindical da classe e para atuação construtiva na transformação do ensino.

Essencial para isso é superar as barreiras ideológicas e psicológicas que por vezes separam os três níveis. O ensino superior, por exemplo, sempre tendeu a se fechar numa visão aristocrática bastante arcaica, olhando de cima para baixo o secundário e o primário, quando a posição socialmente correta é a que se baseia na consciência de uma diversidade de funções, não de uma superposição de estratos. Mas essa atitude, em grande parte defensiva, vai-se tornando inviável por causa da verdadeira proletarização do magistério superior, – que pelo menos tem a vantagem de pôr todos no mesmo saco. Está acabando o tempo em que os docentes universitários, poucos e altamente prestigiados, se fechavam em verdadeiras confrarias cooptativas, providas inclusive de associações secretas para manipular in-

fluências e atuar na política. Hoje somos uma massa, e, como costume dizer, massa faz assembléia, faz comício, faz greve, sai em passeata; não decide em saleta fechada. Por isso, hoje a nossa vocação é o sindicato, não o *bachelor's club*.

Tendo consciência desse estado de coisas, as associações poderão contribuir de modo decisivo para redefinir a função do professor e ao mesmo tempo regenerar a escola. Largando as antigas utopias de redenção pelo saber, com o advento de um futuro paraíso na terra, temos de voltar a atenção para o cotidiano e construí-lo passo a passo na ação modesta das tarefas renovadoras, com base num paradoxo aparente: é na associação fora da escola, não prevista na sua estrutura, porque abrange a população docente de todas as escolas, que o professor poderá encontrar razões humanas para redefini-la, e assim modificá-la. Não é a norma burocrática em si que poderá operar qualquer transformação válida; e sim a consciência dos próprios professores, pressionada pela vontade coletiva do seu grupo através das associações de classe. É em face da consciência profissional, da opinião dos colegas, do sentimento de estar trabalhando no rumo certo que um professor consegue dar o melhor de si e tornar-se agente capaz no processo de humanização do aluno e portanto da sociedade. Só isto o fará sair desta espécie de vasta operação tartaruga, desta greve branca permanente e involuntária que tem sido o ensino para docentes mal pagos, desestimulados, sujeitos ao arbítrio administrativo numa escola sem sociabilidade enriquecedora e sem projeto social coerente. A filosofia e a ética da profissão terão de ser refeitas de fora para dentro da escola, forjando-se nas associações livremente constituídas, para se tornarem fermento em cada um.

Insistindo nesse papel das associações como possibilidade de estabelecer formas renovadas de convivência, que atuarão num professor e numa escola igualmente refeitos pela sociabilidade interna orientada pelos ideais corretos, é claro que para mim tais associações não devem ser apenas grupos reivindicatórios.

Há nelas um aspecto propriamente sindical da maior importância, que não deve todavia ser exclusivo, porque pode acabar incrementando a mentalidade burocrática, ao concentrar o interesse apenas nos direitos e salários. Elas devem comportar uma dimensão política em sentido largo, de projeto cultural e luta pelos interesses do ensino e da investigação, bem como pelas formas de relacionamento com a sociedade global. Não bastam bons salários, estatuto condigno e mecanismos de defesa, – que são meios para o professor desenvolver a sua tarefa com o máximo de consciência e eficácia. As associações podem atuar como grupo dotado de uma sociabilidade própria que educa os seus membros, e também como unidade de luta externa, pressionando o governo, esclarecendo a sociedade, definindo uma posição nas campanhas humanizadoras da cultura. Devem, numa palavra, ser auto-educativas e militantes, forjando a sua própria política, que não é a dos partidos embora possa coincidir com elas em pontos diversos.

Termino evocando a experiência recente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), em cujos quadros milito. Foi ela que, pela

primeira vez, criou nos seus conselhos e assembléias um ambiente onde os docentes de todas as categorias se encontraram, discutiram, concordaram, divergiram, decidiram em pé de igualdade, coisa inexistente na vida universitária reconhecida pelos regulamentos internos. Com isso, ela deu expressão ao que é a realidade atual do ensino e da pesquisa, feitos igualmente por docentes de todas as categorias, e não por titulares aos quais se reconhece lugar privilegiado nas deliberações. Foi a ADUSP que promoveu com êxito o primeiro movimento de docentes que conseguiu sustar uma reforma inconveniente de regimento, quando ela já estava a pique de ser votada, como de costume, pelos organismos restritos de cúpula, mais ou menos automaticamente. Foi a ADUSP que desencadeou e liderou a primeira greve geral de docentes universitários em São Paulo, abrindo uma era nova na estratégia e na tática da luta pela cultura. Os resultados “práticos” não corresponderam à expectativa e pode-se mesmo falar em derrota. Mas a grande vitória foi esta fundação de um modo novo de conceber a atividade docente, seus deveres, sua capacidade de ação, seu futuro regenerador ao lado dos colegas de outros níveis, dos funcionários, dos alunos. Estes resultados devem ser incorporados à vida interna das escolas.